

Negociações salariais 2015/2016

Sinttel chama os/as — trabalhadores/as para — Assembleia nesta sexta-feira, dia 23/01

O Sinttel/ES quer discutir com a categoria a proposta da empresa para a renovação do Acordo Coletivo para o ano de 2015, cuja data base é 1º de janeiro.

A assembleia será realizada em dois horários, sendo o primeiro às 13:30 horas e o segundo às 14:30, no auditório da empresa.

O Acordo atual tem validade até 2016, mas neste ano foram discutidas as alterações das cláusulas econômicas.

O que altera, conforme a proposta apresentada pela Sollo, no novo Acordo Coletivo para o ano de 2015 é o seguinte:

Reajuste Salarial

Os salários vigentes em 31/12 de 2014 serão reajustados em 8% (INPC 6,23%)

Alimentação: reajuste de 8%

Para Jornada de 44 horas semanais, o valor será de R\$ 22,90 e para jornada 36 horas semanais passa para R\$ 8,10.

Auxílio creche: reajuste de 8%, passando o novo valor para R\$ 280,00.

PPR:

Até o mês de março de 2015, a Sollo e o Sinttel firmarão um acordo para o pagamento de PPR – Participação nos Resultados. Neste acordo serão definidos os critérios para pagamento, as metas e objetivos, bem como o valor a ser destinado para os trabalhadores. No final de 2015, serão apurados os resultados das metas definidas e o pagamento da PPR, caso essas metas sejam atingidas se dará no início do ano de 2016.

SOLLO

Assembleia na Sollo

Dia 23/01 às 13h30
e às 14:30 horas.

Será na Avenida Jair Etienne Dessaune, 193 – Bento
Ferreira – Vitória – ES

Papel da CUT e dos movimentos é combater retrocesso



Presidente nacional da CUT, Vagner Freitas

O ano de 2015 não seria fácil e isso o movimento sindical já sabia logo após o final das eleições. A posse de um Congresso ainda mais reacionário que o anterior e as cobranças da coalisão que ajudou a eleger a presidenta Dilma eram garantia de muitas pedras no caminho para a continuidade do desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social.

Surpreendente foi o pacote de medidas que o governo federal anunciou de início, por meio de Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que atacavam conquistas caras aos trabalhadores, especialmente os mais pobres, como o seguro-desemprego e o abono salarial.

Reunião com o Governo

No dia 19/01, a reunião da CUT e demais centrais sindicais com Ministros do Governo, frustrou as expectativas dos trabalhadores ao dizer que não revogaria as medidas. Mas, ao menos o Governo acenou com a possibilidade de mudanças no conteúdo das ações.

O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, alerta que o princípio de derrubar a economia para conter a inflação é um equívoco. Ele apontou que a Central terá como eixo central de 2015 a luta por direitos e contra a direita, defendendo a Petrobrás.

A CUT deixou claro ao Governo que é contrária às medidas provisórias, porque os trabalhadores não arcarão com a conta de um ajuste fiscal que o governo queira fazer, disse Vagner. **“O governo chegou dizendo que não é retirada de direitos, mas é sim e não temos concordância com isso. Há outros atores na sociedade com muito mais**

Para presidente da Central, apostar na derrubada da economia para conter inflação coloca em risco o emprego e as conquistas da classe trabalhadora nos últimos 12 anos

condições de arcarem com esse ajuste do que os trabalhadores que acessam o salário-desemprego, a pensão por morte, o auxílio-doença. Falamos para o governo, por exemplo, tribu-

tar as grandes fortunas. O sujeito compra iate, lancha e não é tributado. Assim como não é mais necessário o Brasil ter uma ditadura do superávit primário. O tempo todo estamos condicionando a economia ao pagamento aos rentistas. Deve haver equalização das contas, porém, o governo está, inclusive, utilizando argumentos inconsistentes ao dizer que há fraude nos benefícios. Temos que fazer análise e punir os fraudadores, mas não simplesmente alegar que todo o sistema é fraudulento. Além disso, o valor da economia é irrisório para as contas do governo e muito caro para os trabalhadores que perdem o direito.”

Dieese: medidas são prejudiciais aos trabalhadores

Com base no estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), as centrais comprovaram que se tratava de perda de direitos. **“Reafirmamos nossa contrariedade e solicitamos que revogassem as medidas para abrirem negociação conosco. Eles afirmaram que não poderiam revogar por uma questão de tempo, caso contrário, não poderiam ser aplicadas em 2016, mas apontaram um espaço para negociação. Faremos uma nova reunião entre centrais e o governo no dia 3 de fevereiro e, antes, haverá uma reunião entre nossos técnicos e do Executivo para levarmos nossas propostas”, disse Vagner.**

Em 2015, o eixo prioritário de luta da CUT é a manutenção dos direitos, do emprego e uma política de crescimento econômico. As primeiras medidas do governo demonstram que sabe que há um descontrole e quer controlar a inflação, mas não concordaremos que esse controle seja feito à custa da manutenção

dos empregos. Vagner destacou que: **“A manutenção dos postos de trabalho é essencial. Fica claro também que se trata de um governo de coalisão, de disputa, que tem pessoas como a presidenta, que é progressista, partidos como o PT, que é progressista, mas também aliados altamente conservadores, que empurram governo para uma gestão conservadora. O papel da CUT e dos movimentos sociais é empurrar para a esquerda, dar condição para a presidenta Dilma colocar em prática o discurso que fez quando ganhou as eleições e que era completamente diferente do discurso do candidato derrotado.”**

A CUT fará muita mobilização

“Não é a toa que faremos um Dia Nacional de Luta, em 28 de janeiro, a Marcha da Classe Trabalhadora no dia 26 de fevereiro e vamos ter que fazer muita mobilização de rua”, destacou o presidente da CUT.

O mote neste ano será **“pelos direitos e contra a direita.”** Pelos direitos dos trabalhadores, nenhum direito pode ser retirado, pela manutenção do emprego, para que continuemos a ter aumento real de salário, e contra essa direita preconceituosa, virulenta, que não aceita o resultado das eleições, que pede impeachment da presidenta legitimamente eleita e que tenta inviabilizar governo com todas as dificuldades.

Vagner disse que a Central critica o governo quando erra, mas é a alternativa contra a candidatura que foi derrotada. **“Porém, não podemos ter retrocesso político ou econômico, não adianta vencer as eleições e colocar a agenda conservadora em prática. Não é a toa que temos nos reunido com movimentos sociais, que somos parte da Frente Nacional de Esquerda que estamos criando e constituindo com esse mote.**

Veja mais em <http://www.cut.org.br/>